Zema Cia. de Petróleo

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

KPDS 213266

Conteúdo

Relatório da Administração **3**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **6**

Balanço patrimonial **9**

Demonstração de resultados **10**

Demonstrações dos resultados abrangentes **11**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido **12**

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto **13**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **14**

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Zema Cia. de Petróleo ("Companhia") submete à apreciação, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

1. Considerações iniciais

A Companhia iniciou em 1997 com a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR). O investimento foi uma maneira de se diferenciar e atrair clientes com maior potencial de consumo, como indústrias, transportadoras e fazendas.

A fundação de uma distribuidora de combustíveis foi idealizada neste mesmo ano, e marcou uma nova fase para a Companhia que foi marcado principalmente pela determinação dos seus idealizadores.

A Zema Cia. de Petróleo tem hoje mais de 346 revendedores em MG, GO, PA, TO, SP, MT, RJ e DF. Possuímos bases de distribuição em Barra do Garça e Cuiabá no MT, Uberlândia, Uberaba e Betim em MG, em Paulínia, Guarulhos, São José dos Campos e Ribeirão Preto, no estado de SP, em Senador Canedo, GO, em Duque de Caxias, no RJ e em Brasília, no DF. Além dos revendedores, a Zema Petróleo atende clientes consumidores como frotistas, empresas de transportes e usinas.

2. Conjuntura econômica

Diante do cenário econômico vivido nos últimos tempos, em especial no ano de 2017 a Agência Nacional de Petróleo (ANP) divulgou que as vendas de combustíveis no mercado brasileiro totalizaram 136,088 bilhões de litros, o que representa um aumento de 0,5% em relação aos 135,442 bilhões de litros registrados em 2016. Porém a Zema Cia. de Petróleo enfrentou os desafios estratégicos e sobressaiu perante a situação vivida no contexto econômico. Obteve-se uma venda de 881 milhões de litros de combustíveis, crescimento de 5% em relação as vendas do ano anterior.

3. Desempenho operacional

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou o total de 346 contratos de fidelização, sendo que firmou 38 novos clientes e 42 renovações em relação a 2016.

Da venda de 881 milhões de litros, 51,94% foi para o mercado spot e 48,06% para o mercado bandeira Zema.

4. Desempenho financeiro

Receita operacional líquida

A receita líquida atingiu a marca de R$ 2.492 milhões em 2017, ante R$ 2.290 milhões em 2016 - um crescimento de 8,8%.

A representatividade da receita líquida de vendas é alocada em maior proporção no estado de Minas Gerais, onde pode-se relacionar ao número de contratos fidelizados na região.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo amortização e depreciação, totalizaram R$ 2.449 milhões no ano de 2017, um crescimento de 9,01% frente ao registrado em 2016, quando somavam R$ 2.247 milhões, esse crescimento é em decorrência do aumento da receita líquida no período.

No caso da depreciação a Companhia reconhece no resultado baseando-se no método linear conforme vida útil dos seus ativos. Em relação a amortização o reconhecimento é de acordo com prazo de vigência de contrato de fornecimento de combustíveis, podendo este prazo variar entre 24 a 120 meses.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Zema Cia. de Petróleo totalizou uma despesa financeira de R$ 5,9 milhões, 6,02% menor que a registrada em 2016.

Inadimplência

O índice de inadimplência, que é medido através do valor do contas a receber em atraso maior que 60 dias comparado com a venda bruta acumulada no mesmo período ficou em 0,10% em 2017. A Companhia entende que este índice é o aceitável para o negócio, portanto, implica no cumprimento da meta estratégica da Companhia.

Política de Reinvestimentos de Lucros e distribuição de dividendos

Nossa política de reinvestimentos de lucros na própria Companhia, pode não parecer a opção mais atraente, mas faz parte da primeira etapa para chegar ao lucro. O pagamento das dívidas gera maior independência financeira, proporcionando flexibilidade e aumenta a possibilidade de crescimento da Companhia. Ao reinvestir os lucros para atingir as metas, estamos crescendo com investimentos próprios e atingindo novos públicos.

O Estatuto Social da Companhia prevê a destinação de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações, para pagamento dos dividendos obrigatórios aos acionistas. Em 22 de agosto de 2017, houve distribuição de dividendos intermediários no valor de R$ 1.417 referentes ao exercício de 2017, que foram pagos no exercício.

EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization

A Companhia encerrou o ano de 2017 com EBITDA de R$ 51,2 milhões, um crescimento de 2,78% se comparado ao do ano anterior, com margem EBITDA em 2,1% da receita líquida.

5. Responsabilidade Socioambiental

Praticamos uma política de responsabilidade social consciente, promovendo o ambiente de trabalho, as relações com nossos colaboradores e fornecedores, bem como as comunidades em que atuamos. A Zema Cia. de Petróleo investe também no futuro do planeta, são diversas ações socioambientais desenvolvidas para o bem estar social, a valorização do ser humano e a preservação do meio ambiente.

6. Perspectivas para 2018

Mesmo diante do atual contexto brasileiro, com vários desafios estratégicos, assim como, transição política, entre outros, a Zema Cia. de Petróleo tem como plano manter o Market Share nos principais estados de atuação, MG e GO. Espera-se também continuar o crescimento de vendas nas novas filiais (RJ, MT, SP e DF), prospectar novos contratos de fidelização, bem como realizar renovações dos contratos a vencer. Desta forma almeja-se um crescimento de volume e faturamento em relação a 2017.

7. Auditores independentes

A Zema Cia de Petróleo informa que utilizou os serviços da auditoria independente da KPMG Auditores Independentes para auditoria de suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

8. Agradecimentos

A Administração da Zema Cia. de Petróleo agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação da Companhia, pela confiança depositada nessa Administração e na Companhia no ano de 2017. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Administração

KPMG Auditores Independentes
Av. dos Municípios, 146, SI-03
1º andar - Tabajaras
38400-254 - Uberlândia/MG - Brasil
Caixa Postal 1024 - CEP 38400-970 - Uberlândia/MG - Brasil
Telefone +55 (34) 3303-5400, Fax +55 (34) 3303-5405
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Zema Cia. de Petróleo
Uberaba - MG

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Zema Cia. de Petróleo ("Zema Petróleo" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zema Cia. de Petróleo em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações e o relatório do auditor
A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

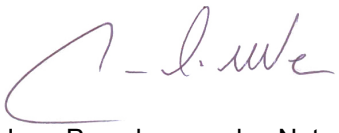
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

  Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Uberlândia, 19 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Jean Paraskevopoulos Neto
Contador CRC 1SP193052/O-0

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Zema Cia. de Petróleo

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	9.917	6.340
Contas a receber	8	81.058	69.083
Estoques	9	69.826	48.349
Tributos a recuperar		5.422	4.041
Créditos diversos		1.257	320
Total do ativo circulante		167.480	128.133
Não circulante			
Contas a receber	8	4.912	4.912
Depósitos judiciais	17.a	5.021	4.781
Tributos a recuperar		469	207
Mútuos	10	14.636	18.573
Impostos diferidos	11	461	1.093
Créditos diversos		222	278
Imobilizado	12	53.686	50.590
Intangível	13	16.135	16.537
Total do ativo não circulante		95.542	96.971
Total do ativo		263.022	225.104

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Fornecedores	14	32.772	28.160
Empréstimos e financiamentos	15	54.307	39.904
Salários e contribuições sociais		2.248	1.929
Impostos a recolher		7.046	4.907
Parcelamento de tributos	16	574	2.124
Outras obrigações		2.981	2.774
Dividendos	18.d.i	3.974	689
Adiantamento de clientes		1.223	8
Total do passivo circulante		105.125	80.494
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	22.298	32.444
Parcelamento de tributos	16	5.073	3.959
Provisão para riscos	17.b	-	2.008
Mútuos a pagar	10	7.036	-
Impostos diferidos		128	148
Total do passivo não circulante		34.535	38.559
Patrimônio líquido			
Capital social	18.a	100.155	11.858
Reserva de reavaliação	18.b	316	354
Reserva legal	18.c	3.507	2.372
Reserva de lucros	18.d	19.384	91.466
Total do patrimônio líquido		123.362	106.050
Total do passivo e do patrimônio líquido		263.022	225.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zema Cia. de Petróleo

Demonstração de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	19	2.491.655	2.290.157
Custo dos produtos vendidos	20	(2.392.852)	(2.195.357)
Lucro bruto		98.803	94.800
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	20	(27.797)	(28.402)
Gerais e administrativas	20	(31.205)	(25.905)
Total		(59.002)	(54.307)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		39.801	40.493
Resultado financeiro, líquido	21	(5.856)	(6.230)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		33.945	34.263
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(10.610)	(9.914)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	(632)	(1.147)
Lucro líquido do exercício		22.703	23.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zema Cia. de Petróleo

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	22.703	23.202
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	22.703	23.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zema Cia. de Petróleo

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	Notas	Capital Social	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		11.858	397	1.925	70.514	-	84.694
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	23.202	23.202
Reserva legal	18.c	-	-	447	-	(447)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18.d.i	-	-	-	-	(689)	(689)
Dividendos distribuídos	18.d.i	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Lucros reinvestidos referente 2015		-	-	-	-	4.823	4.823
Impacto de retificação de erros		-	-	-	(980)	-	(980)
Retenção de lucros		-	-	-	21.932	(21.932)	-
Realização da reserva de reavaliação	18.b	-	(43)	-	-	43	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		11.858	354	2.372	91.466	-	106.050
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	22.703	22.703
Reserva legal	18.c	-	-	1.135	-	(1.135)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18.d.i	-	-	-	-	(3.974)	(3.974)
Dividendos distribuídos	18.d.i	-	-	-	-	(1.417)	(1.417)
Lucros reinvestidos (aumento de capital)	18.d	88.297	-	-	(88.297)		-
Retenção de lucros	18.e	-	-	-	16.215	(16.215)	-
Realização da reserva de reavaliação	18.b	-	(38)	-	-	38	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		100.155	316	3.507	19.384	-	123.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zema Cia. de Petróleo

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	Nota	2017	2016
Lucro líquido do exercício		**22.703**	**23.202**
Ajustes para:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.395	(377)
Encargos financeiros e variação cambial		10.386	13.400
Depreciação e amortização		8.779	7.890
Parcelamentos de tributos		-	(3.029)
Provisão para contingências		(2.008)	1.064
Baixas do ativo imobilizado		16	34
Constituição de contribuição social e imposto de renda diferidos		632	1.147
Imposto de renda e contribuição social		10.610	9.914
		52.513	53.245
Variações em:			
Contas a receber		(12.957)	(7.913)
Estoques		(18.477)	(6.970)
Impostos a recuperar circulantes e não circulantes		(697)	(1.242)
Depositos judiciais		(240)	(332)
Mútuos		10.339	(18.079)
Adiantamento a fornecedores		(3.359)	(3.235)
Créditos diversos		(880)	(98)
Fornecedores		4.612	4.872
Salários, provisões e encargos		319	319
Obrigações fiscais		2.137	481
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-
Parcelamento de tributos		(613)	(711)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(10.701)	(11.281)
Outros passivos circulantes e não circulantes		733	(476)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		22.729	8.581
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício		(10.940)	(11.316)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		11.789	(2.734)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(11.490)	(10.769)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos		(11.490)	(10.769)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos:			
Contratação de empréstimos - Principal		53.137	29.730
Pagamento de empréstimos - Principal		(48.442)	(27.703)
Distribuição de lucros		(1.417)	(5.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**3.278**	**(2.973)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		3.577	(16.477)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		6.340	22.817
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**9.917**	**6.340**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Zema Cia. de Petróleo ("Zema Petróleo" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado, com prazo indeterminado de duração e tem como objeto social o comércio atacadista de álcool carburante, gasolina e demais derivados do petróleo, a importação e a exportação de álcool carburante, gasolina e demais derivados do petróleo e o armazenamento, a carga, a descarga e a guarda de combustíveis e serviços de consultoria em gestão empresarial, tendo como mercado de atuação os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Tocantins e Pará.

A Companhia com sede em Araxá na avenida José Ananias de Aguiar, 5005, no estado de Minas Gerais, mantém doze filiais, sendo estas localizadas em Senador Canedo (Goiás), Cuiabá e Barra do Garças (Mato Grosso), Uberlândia, Uberaba e Betim (Minas Gerais), Paulínia, São José dos Campos, Guarulhos e Ribeirão Preto (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e no Distrito Federal.

2 Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 19 de março de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Retificação de erros

Em 2017, a Companhia identificou e corrigiu erros irrelevantes nos saldos comparativos referentes à correção de juros sobre parcelamento de tributos. Essa correção impactou a rubrica de Parcelamento de Tributos e Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar no montante de R$ 1.486 e R$ 506, respectivamente, bem como o saldo de reserva de lucros no montante de R$ 980, nos saldos comparativos de 2016. A Companhia não fez os procedimentos de retificação de erros, conforme CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, devido aos valores corrigidos serem imateriais. Seguem os demonstrativos dos saldos anteriormente apresentados e reapresentados:

	2016 (Apresentado)	2016 (Reapresentado)
Ativo circulante		
Tributos a recuperar	3.535	4.041
Passivo circulante		
Parcelamento de tributos	638	2.124
Patrimônio líquido		
Reserva de lucros	92.446	91.466

3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 8 -** mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa principais premissas subjancentes dos valores recuperáveis, incluindo recuperabilidade do contas a receber;

- **Nota Explicativa nº 11 -** reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas;

- **Nota Explicativa nº 17 -** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de forma consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções e descontos comerciais.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para a venda direta ao consumidor final (postos próprios), a transferência é feita no momento da venda, para venda a postos de combustíveis credenciados, normalmente ocorre quando o produto é entregue nos postos.

b. Receitas e despesas financeiras

As receitas e as despesas financeiras da Companhia compreendem receitas e despesas de juros que são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação a prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, quando aplicável, as contas a receber de clientes são ajustadas a valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado de compra.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão descritas na Nota Explicativa nº 12 - Imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O uso da marca é registrado no intangível da Companhia, quando são assinados contratos de exclusividade com clientes em que o fornecimento de produtos está assegurado por períodos que variam entre 24 e 120 meses.

(ii) Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens ou o prazo dos contratos, no caso do uso da marca. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível estão descritas na Nota Explicativa nº 13 - Intangível.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos na categoria de empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, mútuos, e créditos diversos.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros classificados como passivos financeiros não derivativos são empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamento de clientes, outras obrigações e mútuos a pagar.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor.
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais.
- Indicativos de que o devedor ou o emissor irá entrar em falência.
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento.
- Ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas da Administração e seus assessores legais quanto aos riscos envolvidos.

(i) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada de acordo com critérios fiscais e administrativos. O cálculo da provisão de liquidação duvidosa administrativa é feito de acordo com a análise individual da carteira de clientes em um montante estimado, considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas

6 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e o desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia fez o levantamento e identificou que se realizado em 2017 não teria impacto significativo.

A partir de 01 de janeiro de 2018 a Companhia adotará um novo critério para calcular a PCLD administrativa, de acordo com o CPC 48. A Companhia fez o levantamento do ano de 2017 e identificamos que não teria impacto relevante.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	7.408	6.216
Aplicações financeiras	2.509	124
	9.917	6.340

As aplicações financeiras são remuneradas conforme segue:

	Valor	Remuneração
Banco do Brasil	2.047	98% do CDI
Banco Bradesco	447	70% do CDI
Banco Safra	15	40% do CDI
	2.509	-

8 Contas a receber

	31/12/2017	31/12/2016
Terceiros	94.606	82.353
Partes relacionadas (nota nº 10)	1.972	855
	96.578	83.208
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.608)	(9.213)
	85.970	73.995
Circulante	81.058	69.083
Não circulante	4.912	4.912

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	57.644	62.172
Vencidos até 30 dias	23.624	7.602
Vencidos de 31 a 60 dias	1.417	640
Vencidos de 61 a 90 dias	162	604
Vencidos há mais de 90 dias	13.731	12.190
Total	96.578	83.208

A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016 está assim representada:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldos no início do exercício	(9.213)	(9.590)
Adições	(3.967)	(1.875)
Reversões	2.572	2.252
Saldos no final do exercício	(10.608)	(9.213)

9 Estoques

Os estoques de mercadorias apresentam a seguinte composição:

	31/12/2017	31/12/2016
Diesel	21.916	8.499
Faturamento antecipado (a)	15.617	14.125
Gasolina comum	13.108	3.241
Etanol anidro	3.370	8.004
Etanol hidratado	4.896	4.472
Adiantamento à Petrobrás (b)	4.242	4.027
Biodiesel	2.683	3.285
Outros	3.994	2.696
Total	69.826	48.349

Parte do estoque é armazenado em estabelecimentos de terceiros e está sob a responsabilidade destes. Em 31 de dezembro de 2017, esse montante equivale a R$ 16.481 (R$ 4.617 de dezembro de 2016). Conforme acordado entre as partes e especificado em contrato, caso haja desvio o responsável pela armazenagem irá ressarcir a Companhia.

Em função de variação da temperatura ambiental (calor ou frio), os estoques de combustíveis podem sofrer perdas ou ganhos, os quais são apurados mensalmente e registrados no resultado na rubrica de custo das mercadorias vendidas.

(a) O faturamento antecipado é uma modalidade utilizada para compra de álcool. Em função da estrutura de mercado, a Companhia antecipa o numerário para o fornecedor, mediante uma nota fiscal de remessa para entrega futura.

(b) Refere-se a depósitos antecipados à Petrobrás para fornecimento de combustíveis comprados com pagamento antecipado. Tal procedimento é exigido pelo fornecedor nesse tipo de negociação.

Do valor do total do estoque, 1.086 litros está garantindo a operação de empréstimo bancário realizada com o Banco Paulista em maio de 2017. Adicionalmente, a Companhia emitiu uma garantia de 7.520 litros para a operação de capital de giro com o Banco do Brasil em dezembro de 2017.

10 Transações com partes relacionadas

Os saldos e as operações com as empresas ligadas, incluídos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim resumidos:

		31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
Contas a receber			
Zema Diesel Comércio e Transportes Ltda.	Nota nº 8	1.070	611
Emp. Participações Domingos Zema Ltda.	Nota nº 8	902	244
		1.972	855
Mútuos			
Não circulante			
Eletrozema S.A.		14.075	17.739
Emp. Participações Domingos Zema Ltda.		561	834
		14.636	18.573
Passivo			
Fornecedores			
Eletrozema S.A	Nota nº 14	13	-
Auto Zema Ltda.	Nota nº 14	2	2
Zema Lojas de Conveniência Ltda.	Nota nº 14	-	4
		15	6
Mútuo a pagar			
Não circulante			
Eletrozema S.A		7.036	-
		7.036	-

	31/12/2017	31/12/2016
Receita de vendas		
Zema Diesel Comércio e Transportes Ltda.	139.571	96.260
Emp. Participações Domingos Zema Ltda.	14.358	17.941
	153.929	114.201
Custo das mercadorias vendidas		
Zema Diesel Comércio e Transportes Ltda.	127.652	89.829
Emp. Participações Domingos Zema Ltda.	13.132	16.823
	140.784	106.652
Receita financeira		
Eletrozema S.A.	2.756	3.222
Emp. Participações Domingos Zema Ltda.	74	128
	2.830	3.350
Despesa financeira		
Eletrozema S.A.	10	27
Zema Lojas de Conveniência Ltda.	-	4
	10	31

Despesas gerais e administrativas	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Eletrozema S.A.	189	182
Emp. Participações Domingos Zema Ltda.	61	107
Auto Zema Ltda.	36	22
Zema Lojas de Conveniência Ltda.	11	-
Zema Auto Locadora Ltda.	7	-
Domingos Zema Motos Ltda.	-	18
Moto Zema Ltda.	-	8
	304	337

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha instrumento contratual de mútuo com empresas ligadas. Os valores envolvidos nessa transação estão sujeitos à incidência de encargos financeiros de 1,1% a.m. O contrato de mútuo possui prazo de pagamento definido, porém não há garantias. Mesmo os contratos tendo prazo contratual vencendo no curto prazo, a Companhia historicamente tem prorrogado os contratos e não há expectativa de liquidação a curto prazo, dando caráter de longo prazo às transações de mútuos. O prazo é como segue:

Ano do vencimento	**R$**	
	31/12/2017	**31/12/2016**
2017	-	17.995
2018	12.792	238
2019	-	85
2020	-	85
2021	-	85
2022	1.844	85
Total	14.636	18.573

Estas operações foram realizadas em condições definidas entre as empresas do grupo, sendo que os mútuos são contratados de acordo com a taxa média dos empréstimos. No caso das compras e vendas, essas são realizadas de acordo com preço praticado no mercado e devem ser liquidadas em média de 15 dias da data da transação.

10.1 Remuneração da Administração

A remuneração da Administração responsável pelo planejamento, pela direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os diretores estatutários, foi de R$ 689 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R$ 397 em 2016).

10.2 Controlador final

A controladora final da Companhia é a Ricardo Zema Participações Ltda.

11 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da despesa nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

	31/12/2017	**31/12/2016**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	33.945	34.263
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquota fiscal	(11.541)	(11.649)
Efeitos no resultado por adições e exclusões:		
Despesas não dedutíveis e receitas não tributáveis	804	(526)
Ajuste de exercício anteriores no imposto de renda e contribuição social	(505)	1.114
Imposto de renda e contribuição social apurados	(11.242)	(11.061)
Alíquota efetiva	33%	32%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(10.610)	(9.914)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(632)	(1.147)

Imposto de renda e contribuição social diferido

A movimentação do IRPJ e da CSLL diferidos ativos é como segue:

	31/12/2015	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	31/12/2016	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	31/12/2017
Diferenças temporárias:					
Contingências	321	361	682	(682)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	211	(18)	193	50	243
Provisão Refis	1.708	(1.490)	218	-	217
Total	**2.240**	**(1.147)**	**1.093**	**(632)**	**461**

Em conformidade com os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro foram constituídos IRPJ e CSLL diferidos, provenientes basicamente de diferenças temporárias. Os débitos e créditos tributários foram constituídos tendo em vista que a Companhia apresentou resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios, a medida da realização das diferenças temporárias.

12 Imobilizado

		31/12/2017			31/12/2016		
	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Custo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Custo líquido
Terrenos	-	7.219	-	7.219	6.756	-	6.756
Veículos	20	2.434	(1.677)	757	2.150	(1.639)	511
Máquinas, equipamentos e instalações	10	9.747	(5.855)	3.892	9.316	(5.011)	4.305
Edifícios e benfeitorias	25	29.546	(4.747)	24.799	29.476	(3.547)	25.929
Outros	25	4.409	(2.607)	1.802	3.706	(2.011)	1.695
		53.355	(14.886)	38.469	51.404	(12.208)	39.196
Obras em andamento		15.217	-	15.217	11.394	-	11.394
		68.572	(14.886)	53.686	62.798	(12.208)	50.590

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	31/12/2016	Adições	Baixa	Transferência	31/12/2017
Custo					
Terrenos	6.756	463	-	-	7.219
Veículos	2.150	593	(309)	-	2.434
Máquinas, equipamentos e instalações	9.316	469	(38)	-	9.747
Edifícios e benfeitorias	29.476	70	-	-	29.546
Outros	3.706	724	(21)	-	4.409
Total	51.404	2.319	(368)	-	53.355
Obras em andamento	11.394	3.824	(1)	-	15.217
Total geral	62.798	6.143	(369)	-	68.572
Depreciação					
Veículos	(1.639)	(339)	301	-	(1.677)
Máquinas, equipamentos e instalações	(5.011)	(858)	14	-	(5.855)
Edifícios e benfeitorias	(3.547)	(1.200)	-	-	(4.747)
Outros	(2.011)	(610)	14	-	(2.607)
Total	(12.208)	(3.007)	329	-	(14.886)
Imobilizado líquido	50.590	3.136	(40)	-	53.686

	31/12/2015	Adições	Baixa	Transferência	31/12/2016
Custo					
Terrenos	6.756	-	-	-	6.756
Veículos	1.939	236	(25)	-	2.150
Máquinas, equipamentos e instalações	9.136	255	(75)	-	9.316
Edifícios e benfeitorias	29.250	-	-	226	29.476
Outros	3.066	668	(28)	-	3.706
Total	50.147	1.159	(128)	226	51.404
Obras em andamento	10.341	1.279	-	(226)	11.394
Total geral	60.488	2.438	(128)	-	62.798
Depreciação					
Veículos	(1219)	(445)	25	-	(1.639)
Máquinas, equipamentos e instalações	(4.200)	(857)	46	-	(5.011)
Edifícios e benfeitorias	(2.346)	(1.201)	-	-	(3.547)
Outros	(1.543)	(491)	23	-	(2.011)
Total	(9.308)	(2.994)	94	-	(12.208)
Imobilizado líquido	51.180	(556)	(34)	-	50.590

13 Intangível

A movimentação do ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Vida útil	31/12/2016	Adições	31/12/2017
Custo				
Softwares	5	820	-	820
Uso da marca	(a)	36.400	5.367	41.767
Total		37.220	5.367	42.587
Amortização				
Softwares	5	(650)	(75)	(725)
Uso da marca	(a)	(20.033)	(5.694)	(25.727)
Total		(20.683)	(5.769)	(26.452)
Intangível líquido		16.537	(402)	16.135

	Vida útil	31/12/2015	Adições	31/12/2016
Custo				
Softwares	5	818	2	820
Uso da marca	(a)	28.071	8.329	36.400
Total		28.889	8.331	37.220
Amortização				
Softwares	5	(574)	(76)	(650)
Uso da marca	(a)	(15.213)	(4.820)	(20.033)
Total		(15.787)	(4.896)	(20.683)
Intangível líquido		13.102	3.435	16.537

(a) Em 2009, a Companhia passou a trabalhar com a disponibilização de recursos aos clientes para o uso da marca Zema Cia. Petróleo. Dessa forma, os clientes assinam um contrato de exclusividade na compra dos produtos e combustíveis Zema e a Companhia disponibiliza aos clientes bandeirados, quando for o caso, um montante para investir nos postos de combustíveis. Caso não seja respeitada a exclusividade, o cliente pode sofrer sanções. Esses recursos são amortizados pelo prazo do contrato que pode variar de 24 a 120 meses.

14 Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Petrobrás	12.609	5.862
Usinas	10.625	18.177
Partes relacionadas (nota nº 10)	15	6
Outros	9.523	4.115
Total	32.772	28.160

15 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos para capital giro	Moeda	Ano Vencimento	Encargos	31/12/2017	31/12/2016
Banco Santander	R$	2019	CDI + 0,279% a 0,24% a.m.	14.875	18.142
Banco do Brasil (a)	R$	2018 a 2019	CDI + 0,31% a.m.	12.088	281
Banco ABC	R$	2020	CDI + 0,27% a.m.	10.036	-
Citibank	R$	2019	CDI + 0,29% a.m.	8.586	14.310
Banco Alfa	R$	2018	CDI + 0,31% a.m.	8.022	-
Banco BBM Paulista	R$	2018 a 2019	CDI + 0,42% a 0,55% a.m.	6.566	5.264
Bradesco/HSBC	R$	2018	CDI + 0,25% a.m.	5.353	14.059
Banco Paulista (b)	R$	2018	CDI + 0,40% a.m.	5.347	6.868
Banco Daycoval	R$	2018	CDI + 0,50% a 0,65% a.m.	5.175	12.758
FINAME					
Banco do Brasil	R$	2023	0,21% a.m.	557	666
				76.605	72.348
Circulante				54.307	39.904
Não circulante				22.298	32.444

(a) Na operação com o Banco do Brasil é dado como garantia 7.520 litros de combustíveis.

(b) Na operação com o Banco Paulista é dado como garantia 40% duplicatas (R$ 2.030) e 60% é garantido por estoques (1.086 litros).

A movimentação dos é assim apresentada:

				Pagamentos			
	31/12/2016	Adições	Juros Provisionados	Principal	Juros	Transferência	31/12/2017
Circulante	39.904	53.137	10.263	(48.442)	(10.701)	10.146	54.307
Não circulante	32.444	-	-	-	-	(10.146)	22.298
Total	72.348	53.137	10.263	(48.442)	(10.701)	-	76.605

				Pagamentos			
	31/12/2015	Adições	Juros Provisionados	Principal	Juros	Transferência	31/12/2016
Circulante	25.018	29.730	13.400	(27.703)	(11.282)	10.741	39.904
Não circulante	43.185	-	-	-	-	(10.741)	32.444
Total	68.203	29.730	13.400	(27.703)	(11.282)	-	72.348

Em 31 de dezembro, as parcelas não circulantes dos empréstimos e financiamentos têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano do vencimento	**2017**	**2016**
2018	-	26.781
2019	19.018	5.324
2020	3.051	110
2021	110	110
2022	110	110
A partir de 2023	9	9
Total	22.298	32.344

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas que preveem o vencimento de forma antecipada quando não cumpridas, sendo as principais:

(a) Apresentar nível de endividamento bancário total superior a 2,5 vezes o EBITDA do último ano.

(b) Realizar distribuição de dividendos em valor superior a 30% do lucro líquido contabilizado no último exercício social.

(c) Se ocorrer mudança direta ou indireta no controle acionário.

(d) Se ocorrer atraso ou não efetuar pagamento de duas parcelas consecutivas ou de quatro parcelas alternadas de principal, juros e/ou quaisquer outros valores devidos.

A Companhia vem cumprindo tempestivamente todas as cláusulas contratuais em relação às obrigações acima, assim como, as cláusulas não financeiras.

Os empréstimos e financiamentos para capital de giro e FINAME são garantidos, principalmente, por fianças em nome do Sr. Ricardo Zema e Sr. Romeu Zema Neto, acionistas, duplicatas, por notas promissórias, bens móveis e estoques, demonstrados a seguir:

	2017	**2016**
Duplicatas	41.858	56.354
Notas promissórias	18.210	11.775
Estoques	6.000	4.100
Bens móveis	557	667
Total	66.625	72.896

16 Parcelamento de tributos

	31/12/2017		31/12/2016	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Parcelamento Refis Copa Lei nº 12.996/14	574	5.073	547	3.545
Parcelamento Refis Crise	-	-	23	295
Parcelamento INSS	-	-	59	119
Parcelamento RF	-	-	9	-
Total	574	5.073	638	3.959

- **Refis Copa**
  A Lei nº 12.996/2014 reabriu o prazo para adesão ao parcelamento, autorizando as empresas a aderir aos débitos constituídos até 31 de dezembro de 2013. Por decisão da diretoria, embasada pelo parecer de advogados externos, houve a desistência dos processos administrativos, não provisionados, em que a Receita questionava o aproveitamento de créditos de PIS e COFINS, do período de 2006 a 2008, sobre as despesas de transportes de aquisição e armazenagem dos produtos diesel e gasolina. Em 2017, o parcelamento foi atualizado e restam 118 parcelas, o valor total é de R$ 5.647.

- **Refis Crise**
  A Lei nº 11.941/2009 trouxe a possibilidade de parcelar débitos fiscais, inscritos ou não, perante a Receita Federal do Brasil e a Procuradoria da Fazenda Nacional em até 180 dias. O prazo de adesão a esse parcelamento era até 30 de novembro de 2009, contudo a Lei nº 12.865/2013, no art. 17, reabriu o prazo para adesão do parcelamento, podendo as empresas aderir aos referidos parcelamentos até 31 de dezembro de 2013.

  Com a adesão ao parcelamento especial da Lei nº 11.941/11, bem como a reabertura pela Lei nº 12.865/13, os valores do parcelamento ordinário da Receita Federal migraram para o Refis da Crise. Essa migração gerou uma dívida no valor atualizado de R$ 318 e um ganho de R$ 119 devido ao desconto de 100% da multa e 40% dos juros. Em 2017 houve a consolidação e a quitação da dívida.

  A movimentação e a composição do saldo devedor é como segue:

	Receita federal	**Refis IV**	**INSS**	**Refis Crise**	**Refis Copa**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9	197	189	318	8.734	9.447
Adições						
(-) Ajuste consolidação do Refis	-	-	-	-	(3.096)	(3.096)
(-) Amortizações	-	(197)	(11)	-	(1.546)	(1.754)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9	-	178	318	4.092	4.597
Adições	-					
(-) Ajuste consolidação do Refis	-	-	(178)	(318)	1.867	1.371
(-) Amortizações	(9)	-	-	-	(312)	(321)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	5.647	5.647

17 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração revisa os riscos conhecidos, que se originam do curso normal dos negócios e, respaldada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia as possibilidades de eventuais perdas, ajustando a provisão para riscos, conforme aplicável.

A movimentação dos depósitos judiciais e dessas provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

a. Depósitos judiciais

Saldo em:	**Tributária**	**Cível**	**Total**
31 de dezembro de 2015	**4.316**	**133**	**4.449**
Atualização monetária	332	-	332
31 de Dezembro de 2016	**4.648**	**133**	**4.781**
Atualização monetária	240	-	240
31 de Dezembro de 2017	**4.888**	**133**	**5.021**

b. Provisão para contingências

Saldo em:	**Cível**	**Trabalhista**	**Administrativa**	**Total**
31 de dezembro de 2015	**944**	**-**	**-**	**944**
Provisões constituídas	1.364	35	38	1.437
Provisões revertidas	(344)	(29)	-	(373)
31 de dezembro de 2016	**1.964**	**6**	**38**	**2.008**
Provisões constituídas	71	91	-	162
Provisões revertidas	(2.035)	(97)	(38)	(2.170)
31 de dezembro de 2017	**-**	**-**	**-**	**-**

Processos cuja perda é considerada "provável"

Em 31 de dezembro de 2017, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima.

Processos cuja perda é considerada "possível"

A Companhia é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos, portanto nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores atribuídos às principais causas passivas são como segue:

- Processos cível e trabalhista: Existem processos em que a Companhia é ré. O montante estimado pela Administração e seus assessores legais relacionados a estes processos, os quais se encontram na esfera administrativa ou judicial é de R$ 3.273, em 31 de dezembro de 2017 (R$ 2.926 em 2015).

  Até o ano de 2016 as provisões para contingências eram feitas com base nos valores atualizados das ações. A partir de 2017 a Companhia adotou o critério de provisão baseado nas ações já encerradas dos últimos 3 anos, considerando para efeito de provisão o percentual entre os valores das ações efetivamente pagas e os valores atualizados.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social, subscrito e integralizado era representado por 100.155 (11.858 em 2016) ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal provenientes da moeda corrente nacional. De acordo com as alterações aprovadas na Ata de Assembleia Geral Extraordinária de número 18/048.946-1 o capital social subscrito passa a ter a composição conforme abaixo, onde o valor da subscrição (por ação) é de R$ 1,00:

	2017		2016	
Acionistas	**Quantidade de ações**	**% participação**	**Quantidade de ações**	**% participação**
Ricardo Zema Participações Ltda.	88.196	88,06	7.972	67,24
Dalva Santos Zema Participações Ltda.	6.951	6,94	3.292	27,76
Romeu Zema Neto	2.504	2,50	297	2,50
Cézar Donizete Chaves	2.504	2,50	297	2,50
	100.155	100,00	11.858	100,00

b. Reserva de reavaliação

Em 2005, a Companhia procedeu à reavaliação de veículos e terrenos de sua propriedade, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Em 2007, a Companhia procedeu à nova reavaliação de terrenos, edifícios e benfeitorias e máquinas, equipamentos e instalações de suas bases de distribuição, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes. O valor registrado no patrimônio líquido está líquido da provisão para o imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R$ 128 (R$ 148 em 2016), que se encontram registrados no passivo não circulante. O valor registrado no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 316 (R$ 354 em 2016).

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

	2017	**2016**
Lucro líquido do exercício	22.703	23.202
Constituição de reserva legal	(1.135)	(447)
% sobre o lucro líquido	5,0%	1,93%

Os valores registrados na reserva legal totalizaram em 2017 R$ 3.507 (R$ 2.372 em 2016) chegando no percentual (%) limite de capital social.

d. Reserva de lucros

De acordo com o estatuto social, os lucros apurados em cada exercício após deduções legais, terão a destinação que for determinada pelos acionistas. Em 16 de novembro de 2017, conforme aprovado na AGE, a Companhia efetuou a capitalização de parte da reserva de lucros no montante de R$ 88.297.

e. Retenção de lucros

Os valores de lucros serão reinvestidos no próximo exercício.

(i) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a destinação de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações, para pagamento dos dividendos obrigatórios aos acionistas. Em 22 de agosto de 2017, houve distribuição de dividendos intermediários no valor de R$ 1.417 referentes ao exercício de 2017, que foram pagos no exercício.

A destinação dos lucros apurados é como segue:

	2017	**2016**
Lucro líquido do exercício	22.703	23.202
Constituição de reserva legal	(1.135)	(447)
Base de cálculo dos dividendos	21.567	22.755
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	5.391	5. 689
(-) Dividendos intermediários pagos no exercício	(1.417)	(5.000)
Dividendos a distribuir (Passivo)	3.974	689

19 Receita operacional líquida

	31/12/2017	**31/12/2016**
Gasolina C	1.037.986	946.303
Óleo diesel	1.008.552	909.571
Etanol hidratado	387.166	381.246
Gasolina aditivada	131.437	113.258
Outros produtos	45	108
Total receita bruta	2.565.186	2.350.486
Impostos e deduções sobre venda	(73.531)	(60.329)
Receita operacional líquida	2.491.655	2.290.157

20 Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e natureza:

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas por função		
Custo das mercadorias vendidas	2.392.852	2.195.357
Despesas com vendas	27.797	28.402
Despesas gerais e administrativas	31.205	25.905
Total	2.451.854	2.249.664
Despesas por natureza		
Insumos	2.346.112	2.165.119
Fretes	56.567	46.698
Despesas com pessoal	16.158	14.887
ICMS repasse entre filiais	11.893	7.609
Aluguéis e condomínios	3.696	3.078
Armazenagem	3.295	2.223
Depreciação e amortização	3.085	3.067
Serviços de terceiros	3.019	2.677
Despesas tributárias	2.761	1.733
Material de uso e consumo	233	235
Outras receitas/despesas, líquidas	5.035	2.338
Total	2.451.854	2.249.664

21 Resultado financeiro, líquido

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras		
Juros	(10.263)	(13.400)
Comissões e tarifas bancárias	(892)	(588)
Imposto sobre operações financeiras (“IOF”)	(852)	(507)
Juros sobre Refis	(143)	-
Descontos concedidos a clientes	(11)	(46)
Outras despesas financeiras	(549)	(157)
	(12.710)	(14.698)
Receitas financeiras		
Juros recebidos de clientes	3.035	3.140
Juros recebidos de sociedades ligadas	2.830	3.350
Rendimentos de aplicações financeiras	161	294
Reversão Juros Refis	-	1.017
Outras receitas financeiras	828	667
	6.854	8.468
Resultado financeiro líquido	(5.856)	(6.230)

22 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar recursos. A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	9.917	6.340
Contas a receber	85.970	73.995
Mútuos	14.636	18.573
Créditos diversos	1.479	599
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	76.605	72.348
Fornecedores	32.772	28.160
Mútuos a pagar	7.036	-
Adiantamento de clientes	1.223	8
Outras obrigações	2.981	2.774

A Administração entende que os ativos financeiros e os instrumentos financeiros demonstrados acima são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis e são apresentados em relação aos respectivos valores de mercado, pois:

(i) O vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às das demonstrações financeiras.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros**
  Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, mútuos e créditos diversos: são classificados como empréstimos e recebíveis e mensurados pelo custo amortizado.

- **Passivos financeiros**
  Fornecedores e outros passivos - são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Existem empréstimos captados de instituição financeira às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 15. São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

a. Risco de crédito

Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos.

Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente a sua política de vendas e de aplicações financeiras, que inclui a análise das instituições depositárias, seleção de clientes mediante a análise de crédito e histórico de relacionamento, de forma a minimizar os riscos de inadimplência.

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	9.917	6.340
Contas a receber	85.970	73.995
Mútuos	14.636	18.573
Créditos diversos	1.479	599

b. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

c. Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados à variação por apreciação de taxas de juros em função, principalmente, de empréstimos vinculados à variação do CDI.

Análise de sensibilidade do risco da taxa de juros

Os empréstimos são atrelados à taxa de juros pós-fixada do CDI. Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou a taxa vigente em datas próximas a da apresentação das referidas demonstrações financeiras, utilizando a Selic acumulada em decorrência da proximidade do CDI, na projeção do cenário I (provável), para o cenário II estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III em 50%. Para analisar o efeito líquido no resultado foi usado a taxa de 34% em consequência das alíquotas adotadas no cálculo do imposto de renda e contribuição social.

Dessa forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no resultado futuro de 12 meses:

	Exposição	**Cenário I**		**Cenário II**		**Cenário III**	
2017	**R$**	**Taxa**	**R$ Ganho (perda)**	**Taxa**	**R$ Ganho (perda)**	**Taxa**	**R$ Ganho (perda)**
Passivos							
Empréstimos - CDI (100%)	76.605	9,93%	(7.607)	12,41%	(9.507)	18,62%	(14.264)
Efeito líquido no resultado	-	-	(2.586)	-	(3.232)	-	(4.850)

	Exposição	**Cenário I**		**Cenário II**		**Cenário III**	
2016	**R$**	**Taxa**	**R$ Ganho (perda)**	**Taxa**	**R$ Ganho (perda)**	**Taxa**	**R$ Ganho (perda)**
Passivos							
Empréstimos - CDI (100%)	71.682	13,63%	(9.770)	17,04%	(12.215)	20,45%	(14.659)
Efeito líquido no resultado	-	-	(6.448)	-	(8.062)	-	(9.675)

d. Concentração de fornecedor

Como a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) é a principal fornecedora de combustíveis derivados de petróleo no mercado interno, as vendas de combustíveis podem sofrer um impacto adverso caso ocorra uma interrupção significativa no fornecimento por parte desse fornecedor que afetará imediatamente a habilidade da Companhia em fornecer combustível para seus clientes.

e. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos, em função dos diferentes prazos de realização e liquidação de seus direitos e obrigações em diferentes moedas. A Companhia estrutura os vencimentos dos seus empréstimos e financiamentos conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos e/ou aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

A tabela abaixo contempla os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros não derivativos, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de compensação, elaboradas com base na data mais próxima em que a respectiva obrigação será quitada.

Risco de liquidez - Vencimentos contratuais

31 de dezembro de 2017	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1-12 meses	2-9 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	32.772	32.772	32.772	-
Empréstimos e financiamentos	76.605	76.605	54.307	22.298
Mútuos a pagar	7.036	7.036	7.036	-
Adiantamentos a clientes	1.223	1.223	1.223	-
Outras obrigações	2.981	2.981	2.981	-
Total de vencimentos contratuais	120.617	120.617	98.319	22.298

Risco de liquidez - Vencimentos contratuais

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1-12 meses	2-9 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	28.160	28.160	28.160	-
Empréstimos e financiamentos	72.348	72.348	39.904	32.444
Adiantamento a clientes	8	8	8	-
Outras obrigações	2.774	2.774	2.774	-
Total de vencimentos contratuais	103.290	103.290	70.846	32.444

A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, bem como não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Valores estimados de mercado

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2017:

- **Caixa e equivalentes de caixa -** estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- **Contas a receber -** decorrem diretamente das operações e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.

- **Mútuos -** são contabilizados pelo seu valor original acrescidos juros definidos pela taxa média dos empréstimos bancários.

- **Empréstimos e financiamentos (em moeda nacional) -** são mensurados ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

- **Adiantamento de clientes** - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

  O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período.

  Para determinação do valor justo de empréstimos e financiamentos, conforme abaixo, a Companhia utilizou taxas de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI no final do período de relatório.

  Segue o valor justo e contábil dos instrumentos financeiros:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	9.917	9.917	6.340	6.340
Contas a receber	85.970	85.970	73.995	73.995
Mútuos	14.636	12.309	18.573	18.318
Créditos diversos	1.479	1.479	599	599
	112.002	109.675	99.507	99.252
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	76.605	72.685	72.348	71.359
Fornecedores	32.772	32.772	28.160	28.160
Mútuos a pagar	7.036	5.918	-	-
Adiantamento de clientes	1.223	1.223	8	8
Outras obrigações	2.981	2.981	2.774	2.774
Total dos instrumentos financeiros	120.617	115.579	103.290	102.301

23 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2017, o valor por evento de cada cobertura é como segue:

Tipo de cobertura	**R$**
Frota leve e pesada	2.653
Danos ambientais	2.000
Roubo de carga	700

* * *

Cézar Donizete Chaves
Presidente

Adilson dos Santos
Diretor Administrativo

Eni Cristina de Almeida Valle
Contadora - CRC MG 093799/O-9